

Em Raposa Serra do Sol, indígenas relembram as lutas e a vitória da homologação

Páginas 4 e 5

Cacique Babau é transferido para presídio de Mossoró

Página 6

Abril Indígena nos regionais

Páginas 11 e 12

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXIII • Nº 324 • Brasília-DF • Abril - 2010
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



Manifestações marcam o mês de abril contra Belo Monte. Mas para o governo são apenas “esperneios” de quem não deixou que a destruição do Xingu fosse “goela abaixo”.

Páginas 8, 9 e 10



Nós, indígenas do Xingu, não queremos Belo Monte

Nós, indígenas do Xingu, estamos aqui brigando pelo nosso povo, pelas nossas terras, mas lutamos também pelo futuro do mundo.

O presidente Lula disse na semana passada que ele se preocupa com os índios e com a Amazônia, e que não quer ONGs internacionais falando contra Belo Monte. Nós não somos ONGs internacionais.

Nós, 62 lideranças indígenas das aldeias Bacajá, Mrotidjam, Kararaô, Terra-Wanga, Boa Vista Km 17, Tukamã, Kapoto, Moikarako, Aykre, Kiketrum, Potikro, Tukaia, Mentutire, Omekrankum, Cakamkubem e Pokaimone, já sofremos muitas invasões e ameaças. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, nós índios já estávamos aqui e muitos morreram e perderam enormes territórios, perdemos muitos dos direitos que tínhamos, muitos perderam parte de suas culturas e outros povos sumiram completamente. Nosso açougue é o mato, nosso mercado é o rio. Não queremos mais que mexam nos rios do Xingu e nem ameacem mais nossas aldeias e nossas crianças, que vão crescer com nossa cultura.

Não aceitamos a hidrelétrica de Belo Monte porque entendemos que a usina só vai trazer mais destruição para nossa região. Não estamos pensando só no local onde querem construir a barragem, mas em toda a destruição que a barragem pode trazer no futuro: mais empresas, mais fazendas, mais invasões de terra, mais conflitos e mais barragem depois. Do jeito que o homem branco está fazendo, tudo será destruído muito rápido. Nós perguntamos: o que mais o governo quer? Pra que mais energia com tanta destruição?

Já fizemos muitas reuniões e grandes encontros contra Belo Monte, como em 1989 e 2008 em Altamira-PA, e em 2009 na Aldeia Piraçu, nas quais muitas das lideranças daqui estiveram presentes. Já falamos pessoalmente para o presidente Lula que não queremos essa barragem, e ele nos prometeu que essa usina não

seria enfiada goela abaixo. Já falamos também com a Eletronorte e Eletrobrás, com a Funai e com o Ibama. Já alertamos o governo que se essa barragem acontecer, vai ter guerra. O Governo não entendeu nosso recado e desafiou os povos indígenas de novo, falando que vai construir a barragem de qualquer jeito. Quando o presidente Lula fala isso, mostra que pouco está se importando com o que os povos indígenas falam, e que não conhece os nossos direitos. Um exemplo dessa falta de respeito é marcar o leilão de Belo Monte na semana dos povos indígenas.

Por isso nós, povos indígenas da região do Xingu, convidamos de novo o James Cameron e sua equipe, representantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre (como o movimento de mulheres, ISA e CIMI, Amazon Watch e outras organizações). Queremos que nos ajudem a levar o nosso recado para o mundo inteiro e para os brasileiros, que ainda não conhecem e que não sabem o que está acontecendo no Xingu. Fizemos esse convite porque vemos que tem gente de muitos lugares do Brasil e estrangeiros que querem ajudar a proteger os povos indígenas e os territórios de nossos povos. Essas pessoas são muito bem-vindas entre nós.

Nós estamos aqui brigando pelo nosso povo, pelas nossas terras, pelas

nossas florestas, pelos nossos rios, pelos nossos filhos e em honra aos nossos antepassados. Lutamos também pelo futuro do mundo, pois sabemos que essas florestas trazem benefícios não só para os índios, mas para o povo do Brasil e do mundo inteiro. Sabemos também que sem essas florestas, muitos povos irão sofrer muito mais, pois já estão sofrendo com o que já foi destruído até agora. Pois tudo está ligado, como o sangue que une uma família.

O mundo tem que saber o que está acontecendo aqui, perceber que destruindo as florestas e povos indígenas, estarão destruindo o mundo inteiro. Por isso não queremos Belo Monte. Belo Monte representa a destruição de nosso povo.

Para encerrar, dizemos que estamos prontos, fortes, duros para lutar, e lembramos de um pedaço de uma carta que um parente indígena americano falou para o presidente deles muito tempo atrás: "Só quando o homem branco destruir a floresta, matar todos os peixes, matar todos os animais e acabar com todos os rios, é que vão perceber que ninguém come dinheiro".

**Cacique Bet Kamati Kayapó,
Cacique Raoni Kayapó
e Yakareti Juruna**

MARIOSAN



Esperneando por Belo Monte

Para o advogado-geral da União, as pessoas que estão entrando com ações contra Belo Monte estão esperneando, como relatou matéria publicada no site UOL Notícias. "É esperneio de perdedor. Eu acho que o que nós temos que preservar é se o argumento apresentado não convence. Não convence. Não pode ir tentando ganhar de qualquer jeito, criar nuvens de suspeitas, de dúvidas sobre fatos que não tiveram interferência no processo". Se for para impedir que esta obra inviável continue, o advogado pode esperar novos esperneios, pois o que não convence são as justificativas do governo para empurrar a usina.

"Processando quem me processou"

"O governo estuda entrar com um pedido de responsabilização na Justiça contra os autores de ações que resultaram em liminares concedidas às vésperas do leilão da usina de Belo Monte. O objetivo é o de evitar novas interrupções de leilões e de outras obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)." A reportagem foi publicada pelo jornal Valor, 22-04-2010. No cego desespero para que a Usina de Belo Monte saia do papel, o governo quer processar, inclusive, quem luta por seus direitos garantidos na constituição. Estamos novamente na ditadura?

Abin incomodando

Segundo a Folha Online, magistrado que suspendeu leilão por três vezes afirma que membros da Abin foram à Justiça em Altamira e telefonaram "várias vezes", querendo cópias das liminares que já estavam publicadas na internet. "Não entendo o que eles estão investigando", disse Antonio Carlos Almeida Campelo, para quem conflitos jurídicos sobre usina estão na fase inicial. Este juiz precisa tomar bastante cuidado, porque o governo está nervoso com quem se coloca como fiscal da lei.

Lula, os esperneios e o apagão

Roberto Antonio Liebgott
Vice-Presidente do Cimi

Tal como nos palanques eleitorais de outrora, o presidente da República tem se manifestado enfaticamente, falando contra supostos opositores de seus projetos de governo que, para ele, torcem para que tudo dê errado. As críticas ao projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), seriam, conforme declarou o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams, simplesmente, “esperneios de perdedor”.

Lula, por sua vez, reclama: “essa gente, desde que eu tomei posse em 2003, eles levantam de manhã e vão dormir à tarde fazendo figa para que tenha um apagão neste país, para eles poderem dizer que o governo foi incompetente na questão energética”.

Talvez o presidente da República já tenha se esquecido o significado da palavra democracia, e das inevitáveis relações de força quando se trata de assegurar um verdadeiro e amplo diálogo. E ele se esqueceu, possivelmente, porque vive cercado de pessoas que a tudo dizem sim! E nestes tempos de declarada campanha para a candidata Dilma Rousseff, muitos membros do governo – inclusive antigos assessores de movimentos combativos que marcaram a história desse país – exercem hoje a contraditória função de abrandar os ânimos daqueles que esboçam insatisfações, de barganhar apoios e também de impedir que certos canais de comunicação alternativos manifestem abertamente críticas ao modo “lulista” de governar.

A execução do que, nos vergonhosos tempos da ditadura, se poderia chamar de “serviço sujo” e controle de informações, hoje é feito de modo voluntário por muitos ex-militantes de movimentos populares que conhecem por dentro as estratégias de resistência e de luta indígena, popular e campesina. Nas palavras do presidente, “Belo Monte, Jirau e Santo Antônio são coisas que nossos adversários torcem para não dar certo”. Mas, quem seriam os supostos adversários?

Ao que tudo indica, não são os partidos de oposição ao governo – se é que se pode falar em oposição nas atuais circunstâncias – os que apresentam resistências a estas usinas e ao projeto de expansão energética. A verdadeira oposição vem de alguns movimentos populares, dos povos indígenas, de setores progressistas da Igreja, em suma, daqueles que o presidente Lula chama de “adversários” e que, de fato, são os que resistem e se opõem a um projeto de desenvolvimento unilateral e contrário à vida.



Foto: Paul Walters

Se a preocupação do governo fosse, efetivamente, evitar um apagão, este teria que ouvir as diferentes propostas de setores sociais dedicados ao estudo de questões energéticas – um debate amplo que se realiza em diferentes meios de comunicação, em universidades, em institutos de pesquisa, no Brasil e no mundo.

Não há consenso nem mesmo em segmentos do governo, sobre os caminhos escolhidos para assegurar a oferta de energia no futuro e evitar um suposto “apagão”. Há grupos que defendem a construção prioritária de hidrelétricas, solução mais fácil, e que, de quebra, possibilita que se arrolem recursos públicos para beneficiar empresas privadas.

Outros grupos, dentro do próprio governo, apostam em fontes alternativas de produção energética, tal como a eólica, que em alguns países é responsável pela oferta de aproximadamente 40% da energia distribuída. Outros, ainda, defendem a necessidade de melhorar o aproveitamento das fontes já existentes, evitando desperdícios, por exemplo.

Há uma infinidade de estudos mostrando alternativas viáveis para contornar os riscos de escassez de energia, mas todo esse debate, bem como as divergências quanto aos melhores caminhos para assegurar o crescimento do país não interessa, neste momento, ao presidente Lula.

Iniciativas para evitar que se realizasse o leilão de concessão da Usina de Belo Monte foram tomadas por diferentes setores, incluindo o Ministério Público Federal, tendo em vista várias irregularidades tão bem demonstradas nas ações ajuizadas em todo o processo. Mas, para o Advogado-Geral da União, aqueles que entraram com ações judiciais desejavam “criar nuvens de suspeitas” sobre a cons-

Foto: Eden Magalhães



trução desta obra – como se ela não fosse uma das mais polêmicas obras desde os anos 1980 e como se tal discordância fosse expressão de um capricho de ONGs que atuam no país.

No mesmo tom, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, afirmou que o Ministério Público não deveria servir aos interesses de ONGs. Para ele “é preciso ancorar esse debate sem paixão. É comum que ONGs façam cooptação do MP para as suas teses” (ONGs que, ressalta ele, são financiadas por empresas internacionais). E os velhos fantasmas da internacionalização ressurgem vigorosos – em outras palavras, quem não é favorável aos projetos do presidente, é contra a nação, e a semelhança com discursos de tempos de autoritarismo não parece ser coincidência.

Neste “belo monte” de argumentos que defendem a hidrelétrica como algo inevitável, não se permite falar claramente do desmatamento de 118 km² de floresta, ou do represamento de uma área superior a 516 km², ou da emissão de gás metano (e do efeito estufa) e, menos ainda, da imensa área que estará sujeita à seca e que hoje possibilita a existência de incontáveis espécies vivas, que o presidente costuma referir, pejorativamente, como “alguns

bagres” ou “algumas pererecas”, coisinhas insignificantes diante do fascínio de tão grandiosa obra.

Para Lula, as pessoas que dizem que a usina terá grandes impactos ambientais não conhecem o projeto, ou são mal intencionadas, ou são os tais “adversários políticos” que desejam o apagão. Mas vale ressaltar que não faltam desencontros quando se apresentam dados sobre a usina: ela é orçada, pelo governo, em cerca de R\$ 19 bilhões, mas a iniciativa privada afirma que os custos ficarão entre R\$ 23 bilhões e R\$ 30 bilhões. Neste sentido, uma nota técnica elaborada por duas estatais de energia do grupo Eletrobrás, Furnas e Eletrosul, indicou que a construção desta usina é um mau negócio, e custará R\$ 28,5 bilhões - bem acima, portanto, da previsão oficial.

Além disso, o consórcio vencedor poderá contar com financiamento de até 80% do valor do empreendimento, concedido pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), sem falar dos descontos que chegam a 75% no Imposto de Renda durante 10 anos.

Por que não melhorar o aproveitamento de fontes de energia já existentes e canalizar tais investimentos a outras áreas estratégicas que possam articular o crescimento econômico a um adequado índice de desenvolvimento humano?

Diante dos inegáveis impactos ecológicos, econômicos, e sociais que serão causados pela usina de Belo Monte, insistir em sua construção só pode representar algum tipo de “apagão” na memória do presidente e de seus assessores. Ao invés de pensar em conspiração oposicionista para promover um apagão, o governo deveria estar imbuído do desejo de construir políticas justas e honestas para a população. ■

Rio Xingu e os protestos contra Belo Monte: população do Xingu tenta salvar seu lugar

Maturuca relembra lutas e conquistas na festa pela homologação

Alegria pela vitória não significa esquecimento pelas lutas que ainda precisam acontecer, afirma o tuxaua Jacir José de Sousa

Cleyenne Cerqueira
Repórter

Unidos venceremos! A luta continua! Esse foi o grito que marcou a comemoração dos Netos de Makunaima, festa que celebrou um ano que o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua. Os festejos começaram no dia 15 e acabaram no dia 20 de abril com a saída dos visitantes da comunidade de Maturuca, município de Uiramutã, nordeste de Roraima, a aproximadamente 350 quilômetros de Boa Vista.

Cerca de oito mil pessoas participaram dos cinco dias de festa, que foi regada a caxiri (bebida fermentada a base de mandioca ou milho), muita comida, rituais e danças típicas dos povos indígenas da região, como o parixara. Todos os visitantes dançaram e festejaram junto à comunidade mais uma vitória, mas também ouviram do tuxaua Jacir José de Sousa que a luta continua, pois os indígenas agora precisam de subsídios e formas que garantam subsistência e autonomia ao povo.

“Essa festa é um marco simbólico da conquista de nossa comunidade, demonstra que nos organizamos para vencer o alcoolismo, as brigas e a violência que estavam dominando o povo. A luta agora é pela dignidade dos indígenas da região. Chegou a hora de dizer não à escravidão da cachaça e da fome e também de garantir participação nas instâncias de poder do país”, afirmou o tuxaua.

O prefeito de Uiramutã, Eliésio Cavalcante, concorda com Jacir e afirma que os povos indígenas precisam buscar agora melhoria na qualidade de vida, bem como resgate social e cultural. Além disso, segundo ele, existe a necessidade de se utilizar mecanismos para a produção de alimentos e formas de autosustentação, além da procura do desenvolvimento sustentável e não degradação do meio ambiente.

A comunidade de Maturuca se transformou nesses dias de festa para receber os milhares de convidados. Havia pessoas espalhadas por todos os cantos, em barracas, malocas e construções improvisadas para acolher os visitantes. Durante o dia todos se espalhavam pela área para ver os artesanatos e apresentação a céu aberto

Foto: Cleyenne Cerqueira



ou na maloca da homologação. À noite, via-se um emaranhado colorido pelo caminho, eram as redes preparadas para o repouso tranquilo e sossegado depois de um dia agitado com muita música, dança e até subida à Serra Maturuca, de onde é possível avistar o Monte Roraima e a Guiana.

A TI Raposa Serra do Sol está ao norte do estado e faz fronteira com a Venezuela e a Guiana Inglesa. Na região vivem cerca de 20 mil indígenas dos povos Macuxi, Wapichana, Ingaricó Patamona e Taurepang, em mais de 190 comunidades.

Ou vai ou racha

Em meados da década de 70, os indígenas de Roraima, já cansados com o descaso das autoridades e com os problemas que enfrentavam dentro das comunidades por conta do alcoolismo e da forma com que estavam desmobilizados, começaram a discutir sua realidade e iniciaram um movimento de retomada de suas terras e conscientização de seus direitos. O movimento ficou conhecido como “Ou vai ou racha” e se tornou um marco histórico na luta e organização dos povos indígenas do estado.

O ponta-pé para o movimento aconteceu durante o primeiro encontro dos indígenas da região, em julho de 1970, do qual participaram cerca de 70 indígenas das etnias Macuxi e Wapichana. Durante o encontro, um indígena se destacou como grande líder, era o tuxaua Gabriel, que na época contou com o apoio de líderes de outras sete malocas da e teve papel fundamental na luta pela homologação da terra. Como resultado desse encontro, nasceram também as Assembléias Gerais dos Tuxauas, que começaram em fevereiro de 1971 e perduram até hoje.

Pe. Jorge Dal Ben, que chegou à região em 1969, relembra as dificuldades que encontraram no início do movimento e como o grupo conseguiu se organizar com ajuda de Gabriel. “Quando cheguei à região, vi que o trabalho aqui teria que ter como foco o resgate da identidade do povo e uma forma de organização para que conquistassem autonomia econômica. O problema é que aqui havia muita rivalidade entre os grupos, miséria e bebedeira. Então, o principal foi conseguir vencer tudo isso”, relembra.

“Mesmo com muitos indígenas, os homens brancos mandavam em

Indígenas participaram de várias apresentações culturais, competições e danças

Fotos: Cleyenne Cerqueira



Foto: Cleyenne Cerqueira





tudo. Estávamos vivendo sob fortes humilhações e nem podíamos mais usufruir da natureza para tirar nosso sustento. Chegou um ponto que não aguentávamos mais. O primeiro fui eu, que cheguei e disse: acabou! Chega de dizer sim senhor. Temos as leis e agora vamos brigar com base nelas para garantir nossos direitos”, lembra com emoção o tuxaua Orlando Pereira.

O primeiro passo para a mudança foi reunir então os parentes, convidar as outras comunidades para se juntar à luta. Para conquistar autonomia econômica, pois estavam muito endividados com os fazendeiros, eles criaram uma espécie de cooperativa, onde cada tuxaua trazia duas latas de farinha e se tornava “sócio”. A farinha era comercializada e o dinheiro obtido com a venda depositado no fundo da cooperativa, de onde era retirado para a compra de produtos necessários a subsistência do povo.

O passo seguinte foi começar a produzir e criar mecanismos para a retomada da terra tradicional, que estava ocupada pelas criações de gado dos fazendeiros ou por grandes plantações. Eles começaram a criar pequenos animais (galinhas e patos, porcos e carneiros). Assim, em abril de 1977 teve início o projeto “Uma vaca para o índio”. Nesse momento, Pe. Luciano, que participou ativamente na formação de professores indígenas,

teve papel fundamental. Foi por intermédio dele que os indígenas compraram as primeiras 50 vacas e os dois touros, dando início ao rebanho

que têm hoje, que já soma mais de 35 mil cabeças de gado.

Esses projetos sustentaram a caminhada de luta do povo, que agora estava unido e organizado. O projeto ainda serviu como estratégia para a recuperação da terra transformada em pasto para o gado dos fazendeiros. Como lembram, agora era vaca por vaca, não tinha mais a desculpa do fazendeiro.

Muitos indígenas foram presos, perseguidos, atacados. “Muitos barracos foram queimados, mas sempre tínhamos os outros que permaneciam na luta e refaziam o que havia sido destruído. Fomos somando força, nos organizando, buscando autonomia para garantir nossa luta. Muitos foram mortos, tiveram seu sangue derramado, mas não ferimos ninguém, lutamos sempre com a lei ao nosso lado e sabendo dos nossos direitos”, afirmou o tuxaua Orlando.

Para Orlando, com a homologação da terra tradicional, o trabalho agora deve ser voltado ao plantio, criação e cuidado com a terra, bem como ao repasse da tradição e do histórico de luta do povo às crianças e aos jovens para que reconheçam a história do seu povo e nunca abandonem sua terra e sua cultura.

Levantando poeira

Os indígenas e visitantes que participavam das comemorações em Maturuca se assustaram na tarde de sábado (17), quando dois aviões da Força Aérea Nacional começaram a sobrevoar a região levantando poeira entre as malocas. Uma manobra desnecessária e invasiva para preparar o local de pouso para a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que visitou a comunidade no dia 19.

O número de militares na área também chamou atenção. De sábado até segunda, o número de pessoas, seguranças e assessores da presidência aumentou consideravelmente no local, inclusive de agentes infiltrados. O tráfego

por alguns locais, que davam acesso a barracas ou redes, foi proibido e tudo passou a girar em torno da chegada do visitante ilustre.

Críticas ao PAC

Durante a visita do presidente Lula, no dia 19, a comunidade de Maturuca não o recebeu somente para prestar homenagens e agradecer pela homologação. Membros da comunidade aproveitaram a oportunidade para pedir ao Governo Federal que invista em melhoria das condições de vida da população que vive na área e também que olhe para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Não queremos grandes obras e sim a vida”, afirmou Dionito José de Sousa, coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Durante discurso, Lula disse reconhecer o direito dos indígenas às suas terras tradicionais e a condições de subsistência e infra-estrutura, como acesso a água potável, luz elétrica, saneamento básico, saúde e educação de qualidade. Ele disse ainda, que muito já foi feito, mas que é preciso fazer mais, pois foram mais de 500 anos de exploração e esquecimento. “Interessa que o estado seja desenvolvido e cresça economicamente, mas sem tirar o direito do índio que aqui vive há mais de quinhentos anos”, afirmou.

Resta agora saber se o presidente também reconhece os direitos de outros povos indígenas, como os Guarani Kaiowá, de Mato Grosso do Sul, que há anos vivem de forma desumana, à beira de estradas e sofrem todo tipo de discriminação e violência na busca de seus territórios, e os milhares de indígenas que serão expulsos de suas terras pela nefasta obra da Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, cujo leilão aconteceu no dia 20 deste mês, em Brasília, mesmo com protestos e liminares contra a obra impetradas na justiça. ■



Dom Roque recebe lembrança dos indígenas



Foto: Geremardo Wapichana

Foto: Cleymenne Cerqueira

Foto: Geremardo Wapichana

Lideranças Tupinambá são transferidas para presídio no Rio Grande do Norte

No dia 16 de abril o cacique Rosivaldo Ferreria da Silva, conhecido como Babau, foi transferido para o presídio de segurança máxima de Mossoró, Rio Grande do Norte. Ele foi transferido juntamente com seu irmão, Givaldo Ferreira da Silva sob a justificativa de evitar manifestações de outros indígenas em frente à superintendência da polícia federal de Salvador, na semana do Índio.

O Conselho Indigenista Missionário divulgou nota onde repudia mais esta ação da Polícia Federal. Segue o texto na íntegra:

O Cacique Rosivaldo Ferreira da Silva ("Babau") e seu irmão, Givaldo Ferreira da Silva, presos preventivamente por decisão do juiz federal Pedro Holliday, de Ilhéus, foram transferidos para a penitenciária federal em Mossoró (RN). As informações dão conta de que a Polícia Federal em Salvador, onde ambos se encontravam detidos, temia que uma manifestação se aglutinasse em frente à sua carceragem, com protestos contra a manutenção da prisão de Babau e Givaldo.

Babau foi preso na madrugada do dia 10 de março, enquanto dormia em sua casa com a família, na aldeia na Serra do Padeiro, no interior da Terra Indígena Tupinambá, numa ação de evidente violação de residência, por agentes da PF não identificados. Chegou à delegacia em Ilhéus muitas horas depois, com hematomas no rosto e dores nos rins que perduraram por vários dias. Givaldo foi preso em frente à garagem onde entregava seu carro para consertos, em Buerarema.

O Presídio Federal de Segurança Máxima de Mossoró abriga 83 presos vindos de outros presídios do país, acusados de tráfico de entorpecentes, formação de quadrilha, homicídios e assaltos, entre outros crimes. Babau e Givaldo não estão condenados, mas respondem a inquéritos suscitados por denúncias de fazendeiros e outros que se opõem à demarcação do território Tupinambá.

O próprio Ministério Público Federal contesta a imputação das acusações a eles – e a outras lideranças Tupinambá – pela Polícia Federal, e impetrou três habeas corpus para libertá-los. A Funai, no habeas corpus que impetrou em favor de Babau, insiste no cumprimento do parágrafo único do artigo 56 da Lei n. 6.001/73, que permite que os indígenas permaneçam à disposição da justiça no posto de atendimento da Funai mais próximo da terra indígena de origem.

Para o Conselho Indigenista Missionário, a transferência destas duas

Foto: Cimi/Itabuna



importantes lideranças indígenas no país para um presídio federal de segurança máxima constitui-se em mais uma ação arbitrária da Polícia Federal e reforça a convicção de que tais prisões têm cunho iminente político, sendo uma evidente represália diante da importante vitória judicial conquistada pelo povo Tupinambá, há poucos dias, junto ao Tribunal Regional Federal, 1ª Região, de Brasília, que assegurou a permanência dos mesmos na posse de suas terras tradicionais, antes invadidas por latifundiários e políticos da região.

O povo Tupinambá deve ter seus direitos constitucionais respeitados. A efetivação tardia destes direitos pelo Estado brasileiro não pode preterir ações de criminalização por parte de órgãos deste mesmo Estado contra suas lideranças, sob os aplausos de fazendeiros, empresários e políticos locais, invasores das terras tradicionais deste povo.

Histórico de violências

O Cacique Tupinambá Babau, Rosivaldo Ferreira da Silva, da Serra do Padeiro, localizada no município de Buerarema, sul da Bahia, foi preso na madrugada do dia 10 de março de 2010, enquanto dormia em sua casa, acompanhado de sua esposa e seu filho de três anos de idade. Numa ação irregular, a Polícia Federal invadiu sua residência em horário noturno, destruindo móveis e utilizando extrema força física para imobilizar o Cacique, que acreditava estar diante de pistoleiros, pois os agentes estavam camuflados, com os rostos pintados de preto, não se identificaram e não apresentaram mandado de prisão, além de proferir ameaças e xingamentos.

Babau é uma liderança importante de seu povo, que conta com vários outros caciques. O acirramento das violências contra este povo, como esta prisão, vem se dando desde que o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá, elaborado por um grupo técnico de trabalho constituído pela Funai, em cumprimento à Constituição Federal, ao Estatuto do Índio e ao Decreto 1775/96, foi publicado. Desde então os Tupinambá têm sido intenso alvo de acusações, ameaças, tentativas de homicídio, além de sofrer uma intensa campanha discriminatória por parte da classe política e econô-

mica local, que historicamente invade e destrói a Terra Tupinambá. Personalidades do município instigam os pequenos agricultores a se armar, para atacar o povo Tupinambá, inclusive através da mídia local.

A prisão preventiva de Babau decorre de pedido à autoridade judicial pela Polícia Federal, que investiga denúncias feitas principalmente por fazendeiros ou por seus empregados. Babau é reconhecido como importante liderança indígena em todo o País, e por essa condição de destaque vem sendo genericamente designado como "autor" dos mais diversos delitos no sul da Bahia. Em nenhum dos inquéritos conhecidos, entretanto, existe qualquer indício – e muito menos provas – de que Babau tenha sido autor das supostas ameaças, tentativa de homicídio, lesão corporal, formação de quadrilha, incêndio e outros.

A Polícia Federal tem aberto inquéritos para apurar estas denúncias. Em consequência, uma ação extremamente agressiva da PF na aldeia da Serra do Padeiro no dia 23 de outubro de 2008 deixou 14 Tupinambá feridos à bala de borracha, destruiu casas e veículos da comunidade, a escola indígena e seus equipamentos, e ainda deteriorou a merenda escolar. Dois indígenas Tupinambá foram presos na ocasião. Em junho de 2009, após outra ação de agentes da PF juntamente com fazendeiros - numa ação de reintegração de posse -, sinais de tor-

tura em cinco indígenas Tupinambá ficaram comprovados por exames de corpo de delito realizados no Instituto Médico Legal do Distrito Federal. O inquérito, levado a cabo pelo mesmo delegado que coordenou a ação dos agentes da PF, concluiu entretanto pela ausência de tortura. Nenhum dos agentes foi afastado durante ou após as investigações.

Tanto é assim que, se houvesse indícios de autoria o titular da ação penal no Brasil na vigência do Estado Democrático de Direito, ou seja, o Ministério Público Federal deveria requerer a prisão do acusado. Os Procuradores do MPF que atuam na região não só não estão convencidos da culpa de Babau nas ocorrências investigadas pela Polícia Federal da Bahia, como não concordaram com a representação da autoridade policial pela prisão de Babau em parecer ao juízo, como ainda impetraram três habeas corpus (HCs) em favor de Babau, requerendo sua imediata colocação em liberdade.

A própria Fundação Nacional do Índio – Funai, também está convencida de que as alegações incriminando Babau não têm fundamento para justificar sua prisão, e impetrou um habeas corpus naquele mesmo Tribunal, de nº 0014723-10.2010.4.01.0000. Todos estes quatro HC serão julgados pela 3ª. Turma. ■

Cacique Babau é transferido para o presídio de segurança máxima de Mossoró, RN. As violências continuam

Liminar de reintegração de posse contra comunidade Xakriabá é suspensa

Equipe Xakriabá
Cimi Leste

Em audiência realizada no dia 9 de abril, a Justiça Federal de Montes Claros – MG suspendeu, por oito meses, a liminar de reintegração de posse de uma área de 2.860 hectares contra a comunidade Xakriabá da Aldeia Morro Vermelho, situada no Município de São João das Missões, norte de Minas Gerais.

A comunidade Xakriabá da Aldeia do Morro Vermelho retomou a área em Maio de 2006 e no ano de 2007 o Juiz Federal deu liminar de reintegração de posse favorável aos fazendeiros. A partir desta decisão, os conflitos se intensificaram. A comunidade se mobilizou e continuou resistindo mesmo com parecer desfavorável da Justiça Federal.

A decisão do dia 9 faz parte de um acordo firmado após várias intervenções do Ministério Público Federal (MPF) e advogados da comunidade durante a audiência. A juíza Carla Dumont Oliveira Carvalho também determinou que se oficiasse imediatamente à Presidência da Funai em Brasília para que informasse, no prazo de 30 dias, acerca da possibilidade de conclusão do processo

de demarcação. Pelo Ministério Público Federal foi solicitado que a Funai, caso não conclua o processo em oito meses, informe o prazo máximo em que o concluirá. Caso esta reivindicação da Justiça Federal não seja atendida, a liminar de reintegração de posse será reapreciada.

Histórico da luta Xakriabá

O território Xakriabá se localiza na região do médio São Francisco, no município de São João das Missões, norte de Minas Gerais. Atualmente a população é estimada em torno de 9 mil índios, e a luta do povo Xakriabá em reaver parte do seu território tradicional tem marcado a vida de várias gerações.

Em 1978, a Funai criou um Grupo Técnico (GT) para identificação territorial e a demarcação ocorreu em 1979, deixando de fora áreas importantes e reduzindo para menos de um terço a área original pertencente ao território Xakriabá. A homologação da área se deu em 1989.

A diminuição significativa do território obrigou muitas famílias indígenas a morar nas cidades do entorno. Em 1999 ocorreu a demarcação e homologação da área de Rancharia, garantindo assim



Foto: Cimi Equipe Xakriabá

mais um espaço importante para as famílias indígenas. A área foi ampliada em cerca de 6 mil hectares. Mas a população Xakriabá era de 3 mil indígenas na época e hoje sobrevivem no mesmo espaço o triplo de pessoas.

A busca de empregos em canaviais de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul tem causado vários problemas. Além de sofrerem com o distanciamento de suas famílias, muitos indígenas acabam sendo vítimas do trabalho escravo e da violação dos direitos trabalhistas.

Em 2005, a Funai liberou um antropólogo para fazer novo levantamento sobre a área pleiteada. O resultado deste trabalho apontou a necessidade de criação de um novo GT.

Frente a esta situação, lideranças Xakriabá unificaram o processo de luta pela ampliação dos limites do território, visto que este pedido se arrastava na Funai há mais de 10 anos.

Estas áreas fazem limites com outras já demarcadas, localizadas nos municípios de São João das Missões e Itacaram-

bí, fazendo divisas com Januária, Cônego Marinho e Miravânia, todas localizadas no norte de Minas Gerais.

Uma ação de manutenção de posse na Justiça Federal de Montes Claros colocava em risco a vida dessa comunidade. O juiz havia negado o pedido dos indígenas de manutenção da terra e determinado o retorno dos fazendeiros às referidas áreas.

GT

Depois de audiências com a Funai em 2007, foi assinada uma portaria de criação de um GT para estudos da área. No documento, o prazo para a entrega do relatório era Maio de 2008, este prazo já foi extrapolado e os trabalhos de campo só foram concluídos em Julho de 2009.

De acordo com os indígenas, a situação é preocupante, visto que várias famílias que estão sobrevivendo nestas áreas já construíram suas casas, escola, roças, reservatórios de água, numa luta para garantir a dignidade e melhoria das condições de vida. ■

Indígenas dançam em frente à justiça federal de Montes Claros: esperança na retomada de suas terras tradicionais

Juventude Pataxó Hã-Hã-Hãe realiza encontro

Entre os dias 29 a 31 de março, na Aldeia Caramuru, comunidade da Água Vermelha, município de Pau Brasil, jovens indígenas do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe realizaram um encontro que teve como tema: “Preparando os jovens de hoje para a luta do amanhã”. O objetivo foi capacitar os jovens da aldeia para que possam enfrentar e resolver os desafios que a eles são apresentados. Cerca de 80 jovens participaram do evento além de entidades de apoio como o Cimi, entidades indígenas como os representantes dos Índios On-line e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), além de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai). A professora Maria Hilda Paraíso, antropóloga e historiadora, foi um dos destaques do encontro.

Destaque também para a presença e participação dos anciãos da Aldeia. Ao final das reflexões, os jovens escreveram um documento que traduz toda riqueza e comprometimento desta valorosa juventude Pataxó. Segue a carta:

Nós, jovens indígenas Pataxó Hã-Hã-Hãe, realizamos um encontro que teve como tema principal: “Preparando os jovens de hoje para a luta do amanhã”. Encontro realizado pelo grupou jovem TIHI XOHÃ, tendo como objetivo, capacitar os jovens da

nossa aldeia para que possam enfrentar e resolver os desafios apresentados, e que também, conhecendo seus direitos e seus deveres, possam se envolver mais nas lutas.

Tivemos a oportunidade de refletir e aprofundar juntamente com nossas lideranças, nossos troncos mais velhos, entidades de apoio e representantes de órgãos governamentais, vários temas importantes para a nossa formação: o papel das lideranças na comunidade; a nossa história de luta e sofrimento, contada pelos anciãos; a educação, a Lei Maria da Penha, saúde, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, drogas, entre outros. Houve também discussão sobre o Conselho Local de Saúde Indígena; e por fim refletimos sobre o Movimento Indígena: direitos e deveres dos povos indígenas.

Após estes aprofundamentos nos reunimos em pequenos grupos e definimos nos comprometer a:

- ◆ Valorizar nossa história, valorizando os nossos anciãos, respeitando-os e escutando-os mais;
- ◆ Promover outros encontros para que possamos aprofundar ainda mais os temas aqui tratados;
- ◆ Combater a destruição da natureza, em especial o desmatamento, ajudando as nossas lideranças nestas tarefas; realizar oficinas de reflorestamento; criar o Conselho Ambiental;

- ◆ Procurar desenvolver cursos e encontros que valorizem o uso da terra, tais como experiências de agro-ecologia, criação de sistemas agro-florestais;
- ◆ Lutar pela qualidade da nossa água, em especial pela melhoria da água do Caramuru;
- ◆ Exigimos de nossas lideranças respeito e oportunidades para que possamos contribuir mais nas nossas lutas;
- ◆ Exigimos a imediata paralisação do processo de criminalização contra as lideranças de nossos povos e solicitamos a imediata soltura do nosso parente Tupinambá de Olivença, o cacique Babau, e de todas as lideranças presas injustamente;
- ◆ Exigimos a elaboração de políticas públicas que priorizem a juventude indígena e que respeitem sempre as nossas tradições e culturas;
- ◆ Exigimos da APOINME a imediata criação do espaço da juventude dentro desta organização;
- ◆ Exigimos respeito e mais cuidados com os índios deficientes das nossas aldeias;
- ◆ Exigimos o retorno do julgamento pelo STF das nossas terras e a imediata devolução de nossas terras;
- ◆ Exigimos a capacitação dos AIS e dos técnicos em enfermagem(...)

A saga da destruição e a luta em defesa do Xingu

Maira Heinen
 Editora do Porantim

Serão cinco barragens, duas casas de força que vão gerar 4.719 MW, 30 diques de contenção, um desvio de 100 KM de água do rio Xingu para um trecho de florestas e assentamentos de pequenos agricultores inundando 516 Km² de floresta Amazônica; escavações superiores às realizadas para a construção do Canal do Panamá. Estas são as características destruidoras da faraônica Belo Monte, antiga Kararaô, que os povos do Xingu ainda não “engoliram”.

Na terceira tentativa de se construir barragens na região do Xingu – as primeiras foram no ano de 1989 e depois em 1999 – o governo federal tomou a obra como “questão de honra”, e vai atropelando indígenas, ribeirinhos, Ministério Público Federal, movimentos, entidades, histórias de vida... As justificativas já são bem batidas: “precisamos de energia barata para o povo brasileiro consumir”, “não queremos um apagão para o Brasil”, etc.

Recentemente, apesar dos protestos, da pressão internacional e das liminares, o leilão de concessão da usina foi realizado. O grupo vencedor foi formado às pressas e, de acordo com o que a ambientalista Telma Monteiro publicou em seu Blog, “o novo consórcio serviria apenas para legitimar o certame”.

As mobilizações

No mês de abril, duas grandes passeatas se dirigiram à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para exigir que o governo não fizesse o leilão e cancelasse a construção de Belo Monte. No dia 12 de abril, organizações em defesa da vida dos povos do Xingu marcharam na Esplanada dos Ministérios. Mais de mil pessoas participaram da caminhada. O ato contou com o apoio de mais de 50 entidades e movimentos sociais, além da presença do cineasta e diretor do filme Avatar, James Cameron e dos atores Sigourney Weaver e Joel David Moore, também do filme Avatar. No dia 20, cerca de 700 pessoas marcharam novamente para a Aneel, contra o leilão que seria realizado no mesmo dia.

Na caminhada do dia 12, indígenas e lideranças de movimentos de atingidos e ameaçados pelas construções de barragens expuseram as razões que os colocam definitivamente contra a obra. “Vocês não sabem o que é o rio Xingu. Ele não tem

mais correnteza. Nosso povo e nossas florestas estão acabando. Para quê tanta hidrelétrica? Já chega! Eu venho de longe pedir a Aneel que não apóie esta construção de Belo Monte!” desabafou Piracumã lawarapiti, cacique da região do Xingu.

No trajeto do ato, os manifestantes fizeram pequenas paradas em frente ao Ministério do Meio Ambiente, ao Congresso Nacional e ao Ministério da Justiça. No Ministério de Minas e Energia, entregaram um documento onde criticam o modelo energético, e destacam que o projeto só favorece grandes empresas, com o agravante de serem financiadas com recursos do BNDES e do Fundo de Pensões Estaduais.

Apoio Internacional - “Não sou brasileiro, mas não posso resistir em apoiar este grito de resistência”. A fala é do cineasta e diretor do premiado filme Avatar, James Cameron, que chegou por volta das 14h ao ato em frente à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Acompanhado pelos atores do filme, Sigourney Weaver e Joel David Moore, ele transmitiu todo seu apoio à população do Xingu, condenando a usina hidrelétrica de Belo Monte. Sigourney também colocou o seu posicionamento. “É preciso buscar alternativas a esse modelo de desenvolvimento existen-

te!”. Cameron também afirmou que tem interesse em filmar a Amazônia e o modo de vida dos povos indígenas do Xingu. “É um modelo onde você nunca tira mais do que dá!”

Coletiva de imprensa - Depois da manifestação, jornalistas e lideranças seguiram para uma coletiva de imprensa. As lideranças dos movimentos explicitaram que há mais de 20 anos já lutam para que não aconteça a destruição do rio Xingu. Rogério Höhn, liderança do MAB, apresentou o absurdo valor cobrado pela energia elétrica, além de ressaltar os danos ambientais caso Belo Monte seja construída.

Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, falou dos impactos que a hidrelétrica pode trazer como: doenças, aumento descontrolado da população (mais de 100 mil pessoas devem chegar à região), o apodrecimento de mais de 100 Km do rio Xingu, o fato de mais de 15 mil trabalhadores rurais perderem suas áreas agricultáveis, as terras indígenas que ficarão na seca, entre outros.

Comparações – Na entrevista, Cameron se utilizou de várias comparações para mostrar porque é contra Belo Monte. “As grandes tecnologias de barragens são dinossauros tecnológicos do século



XX ou até mesmo do século XIX”. Para o diretor, os seres humanos são inteligentes o bastante para desenvolverem outras tecnologias energéticas.

Ele também comparou os rios ao sistema circulatório humano. “Os rios são artérias de vida para a floresta e suas populações. E o que acontece quando a gente bloqueia estas artérias? Um ataque cardíaco. É mais ou menos isso que deve acontecer com o rio Xingu”, disse.

O interesse do cineasta em Belo Monte foi questionado por jornalistas. “Não sou daqui, mas sei que este é um problema do mundo todo. Estamos todos no mesmo planeta. Os ventos, oceanos e a atmosfera não conhecem fronteiras!”, finalizou.

Belo Monte de... problemas

No dia do leilão, mais de 700 representantes de várias entidades, como MST, MAB, Cimi, ISA e Movimento Xingu Vivo para Sempre, caminharam até Aneel para impedir que o leilão da hidrelétrica acontecesse. O Greenpeace também fez parte da mobilização e descarregou um caminhão de esterco de vaca em frente aos portões da agência. Ativistas ficaram acorrentados aos portões da sede e outros seguravam



QUADRO COMPARATIVO

Pacote de Incentivos a Belo Monte	
X	
Povos Indígenas, Meio Ambiente e outros Programas do Governo Lula para 2010	
6 bilhões de reais	184 vezes maior que o orçamento destinado a Demarcação e Regularização de Terras Indígenas: R\$ 32 milhões
	322 vezes maior que o programa Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas: R\$ 18 milhões
	3 mil vezes maior que o orçamento destinado a Localização e Proteção a Povos Indígenas Isolados: R\$ 2 milhões
	19 vezes maior que o orçamento destinado à Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena: R\$ 303 milhões
	Mais de mil vezes o orçamento destinado a Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas: R\$ 5,6 milhões
	Quase 2 vezes o orçamento do Ministério do Meio Ambiente, de pouco mais de R\$ 3,5 bilhões
	Quase 4 vezes maior que o orçamento destinado ao Ministério dos Esportes: R\$ 1,6 bilhões
	Maior que todo o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário: R\$ 5,7 bilhões
	Quase 3 vezes o orçamento do Ministério da Cultura: R\$ 2,2 bilhões
	454 vezes maior que o orçamento para erradicação do trabalho escravo no país
Quase 3 vezes maior que o orçamento destinado à Agricultura Familiar: R\$ 2,2 bilhões	
15 vezes maior que o programa de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres: R\$ 378 milhões	

Fonte: R\$ 6 bilhões: matéria de O Globo do dia 20/04/2010; demais valores: orçamento da União de 2010 (site Contas Abertas). Eduardo Holanda/Cimi



Foto: Paul Wolters

cartazes em cima do esterco, com dizeres: “Belo Monte de merda” e “Belo Monte de problemas”.

Ao mesmo tempo, manifestações contrárias à obra foram realizadas em diversas capitais, entre elas Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre, Porto Velho, Belo Horizonte, Belém, além de Campina Grande, na Paraíba, e em Altamira, no Pará. Em Belém, mais de 600 pessoas ocuparam a Eletronorte.

Guerra de liminares

Ainda no dia 8 de abril, o Ministério Público Federal havia ajuizado duas ações civis públicas na Justiça Federal em Altamira, ambas tratando das irregularidades no licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte. A análise, feita por seis procuradores da República sobre os documentos do projeto, detectaram pelo menos oito irregularidades com gravidade suficiente para cancelar o leilão e anular a licença prévia concedida pelo Ibama.

As duas ações foram iniciadas simultaneamente. O MPF chegou a desmembrar os processos para facilitar a análise do judiciário e o trâmite processual. Em um deles, trata-se especificamente de razões de

direito – no caso, afronta à Constituição – e no outro processo fala-se das violações à legislação ambiental, provocadas pela pressa em conceder licença à Belo Monte e por falta de dados científicos conclusivos.

No dia 14 de abril, o juiz Antônio Carlos de Almeida Campelo concedeu medida liminar (urgente) por ver “perigo de dano irreparável”, com a iminência da licitação.

A decisão foi fruto da apreciação de uma das duas ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal que trata, especificamente, da falta de regulamentação do artigo 176 da Constituição Federal, que exige edição de lei ordinária para o aproveitamento de potencial hidráulico em terras indígenas. “Resta provado, de forma inequívoca, que o AHE Belo Monte explorará potencial de energia hidráulica em áreas ocupadas por indígenas que serão diretamente afetadas pela construção e desenvolvimento do projeto”, disse o juiz na decisão.

Dois dias depois da concessão da liminar, com uma rapidez questionável, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) cassou a liminar de Campelo. O argumento da Advocacia Geral da União (AGU), que atuou no processo pedindo a Suspensão da Execução Liminar, foi de que “a suspensão

do leilão e da licença ambiental ofenderia a ordem administrativa, já que provocaria um tumulto no mercado de distribuição de energia elétrica”.

Na véspera do leilão, outra liminar foi concedida pelo mesmo juiz. Campelo considerou “sobremaneira importante” a preocupação do MPF de que será reduzida a vazão d’água num trecho de aproximadamente 100 km de extensão do rio Xingu, alcançando terras indígenas, populações ribeirinhas e grande extensão da floresta. A vazão reduzida da água no leito principal do rio ocorrerá, segundo demonstra o MPF, em virtude do desvio decorrente dos canais para a formação do reservatório da hidrelétrica, o que poderá ocasionar inclusive o desaparecimento de espécies de peixes, ainda não devidamente catalogadas. O TRF1 cassou a segunda liminar no dia seguinte.

Pouco antes de a Aneel dar início ao leilão, a Justiça Federal de Altamira suspendeu pela terceira vez o leilão. A liminar foi concedida também por Campelo por volta das 12h, em ação civil pública movida pelas organizações Amigos da Terra e Kanindé. Mesmo assim, a Aneel realizou o leilão, o que pode se configurar como desobediência à ordem judicial. O MPF informou que vai “indagar à Aneel por que não paralisou

imediatamente o leilão depois da decisão judicial”. Segundo assessoria de comunicação do MPF, a Justiça Federal em Altamira informou que notificou os réus às 12h25, portanto antes da hora em que começou o leilão, às 13h20.

O motivo para a terceira liminar foi mais uma inconsistência no licenciamento da hidrelétrica, apontada pelas organizações ambientais. Dessa vez foi uma mudança no tamanho da área alagada. A Licença Prévia do Ibama previa 516 km2 de alagamento, mas o edital da Aneel para o leilão previu um alagamento de 668 km2, quase 30% maior do que o original. Para o juiz Antônio Carlos Almeida Campelo, essa inconsistência pode definir a nulidade dos Estudos de Impacto Ambiental.

Recurso - A Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR-1) entrou com recurso contra a segunda suspensão de liminar que impedia o leilão da Usina de Belo Monte, no Pará. Expedida na última terça-feira, 20 de abril, pelo presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), Jirair Megueriam, a suspensão permitiu que o leilão fosse realizado no mesmo dia.

Assim como no primeiro recurso, protocolado no dia 19, neste o procurador regional Renato Brill de Góes pede que a suspensão de liminar seja avaliada pela Corte Especial do TRF1 em caráter de urgência.

O TRF1 já comunicou ao MPF que irá incluir o primeiro recurso na pauta da sessão da Corte Especial, que será realizada na próxima quinta-feira, 29. A expectativa é de que o segundo recurso também seja analisado, já que o processo trata do mesmo assunto.

Segundo Brill, se a decisão da Corte Especial for favorável, o leilão corre o risco de ser anulado. (Com informações da ASCOM – Procuradoria da República no Pará).

Indígenas e povos do Xingu protestam em Brasília no dia 12 e no dia 20 de abril

Abaixo, manifestação do Green Peace; o diretor James Cameron e atores do filme Avatar participam de protesto e dão apoio à luta contra a hidrelétrica



Foto: Paul Wolters



Foto: Paul Wolters



Hidrelétrica de Estreito: um pequeno exemplo do que poderá ser Belo Monte

Uma audiência pública realizada nesta quarta-feira, 7, na Câmara dos Deputados, em Brasília, pôde demonstrar o que a população da região do Xingu, no Pará, deve esperar caso a usina hidrelétrica de Belo Monte seja construída. Presentes na audiência “Impactos ambientais e econômicos da implantação de UHEs de Estreito e Belo Monte”, os moradores atingidos pela hidrelétrica de Estreito, no Tocantins, relataram a realidade de abandono na região depois do início das obras da usina. A mesa da reunião foi composta pela sub-procuradora geral da República, Sandra Cureau, o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Cirineu da Rocha, liderança do Fórum dos Atingidos pela Barragem de Estreito, Adalsivan Rocha Coelho, o relator da “Missão Xingu - Violações de Direitos Humanos no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte”, Dr. José Guilherme Zagallo e, presidindo a audiência, o deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão.

Em sua fala, a sub-procuradora geral da República ressaltou que a construção de Estreito representa a expulsão dos ribeirinhos e a destruição de seus projetos de vida. “E assim, eles vão engrossar o vasto contingente migratório das grandes cidades. A negociação que existe com os ribeirinhos é muito desigual”, afirmou. De acordo com a sub-procuradora, muitos trabalhadores que vivem do rio não são considerados atingidos e nem reconhecidos por suas atividades e sofrem sem o seu meio de vida: posseiros, meeiros, barqueiros, barraqueiros, extrativistas, oleiros, entre outros.

Desabafos

As famílias da região de Estreito estão acampadas na área a ser inundada há mais de nove meses para que a barragem não ocorra. O coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) afirmou que o Consórcio Estreito Energia (Ceste) não segue nenhuma orientação do que ficou estabelecido. “Parece que as empresas estão acima do Estado! É uma obra pública, num rio público, onde uma empresa privada vai ganhar dinheiro e as famílias locais só perdem”, desabafou. “Peço a não liberação da licença de operação de Estreito, pois será um desastre para todos nós”.

O representante do Fórum dos Atingidos pela Barragem de Estreito fez

coro à liderança do MAB. “Estamos há dez anos tentando chegar a um espaço público para fazer denúncia! Somos humilhados, não temos direito à voz, e todas as promessas que nos fizeram são mentiras!”, disse a liderança. Segundo Adalsivan, o Ceste foge das “mesas redondas”, envia relatórios mentirosos ao governo e massacra as comunidades. “Nós precisamos dos senhores! Nosso grito está abafado pelo poder e pelo dinheiro!”, ressaltou.

Espelho do futuro

A audiência também foi espaço para que um relatório da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca) fosse apresentado. Denominado “Missão Xingu - Violações de Direitos Humanos no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte”, o documento foi apresentado por um de seus relatores. Em sua fala, Zagallo demonstrou a tamanha destruição que haverá caso Belo Monte seja construída, lembrando que as consequências serão ainda maiores do que em relação à Usina de Estreito, porque Belo Monte será a terceira maior Usina Hidrelétrica do mundo.

Fotos: Maira Heinen



O relatório apresenta as várias falhas do projeto de Belo Monte e os impactos irreversíveis sobre a população que vive às margens do rio Xingu. Segundo o relatório, “a mais grave violação aos direitos humanos detectada durante a Missão foi a não realização das Oitivas Indígenas, obrigatórias pela legislação brasileira e pela Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002”. O relatório também faz dez recomendações ao governo, entre elas: que o Ibama anule a licença prévia, que a Aneel suspenda imediatamente o leilão da compra de energia

que deve ocorrer no próximo dia 20, que o BNDES se abstenha de financiar as obras cujo processo de licenciamento esteja sendo questionado. Zagallo também mostrou um mapa onde se apresenta claramente a grande área a sofrer com a seca – incluindo terras indígenas – devido aos barramentos a serem construídos.

Para Antônia Melo, liderança do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, presente na audiência, a situação de Estreito é um espelho. “Acompanhamos a luta de Estreito. É lamentável que estejam acampados há tanto tempo. A situação de vocês serve de espelho para nós e isso significa que somos tratados como lixo”, afirmou. “Estas empresas são criminosas e tudo o que fazem com vocês lá no Tocantins vão fazer com a gente no Pará. O judiciário também tem culpa, porque faz vista grossa, são omissos e coniventes com todas as injustiças que acontecem conosco”, desabafou. (M.H.) ■



Ribeirinhos atingidos pela hidrelétrica de Estreito participam de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e expõem situação de sofrimento com a construção da hidrelétrica de Estreito

NOTA DO CIMI

Um belo monte de mentiras

O Conselho Indigenista Missionário repudia a postura intransigente e autoritária do governo brasileiro que insiste na implementação do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, apesar de todas as incertezas, de todos os questionamentos científicos e judiciais e de todas as manifestações populares contrárias a essa insanidade.

Belo Monte não se justifica. O governo vem tentando iludir a população brasileira na perspectiva de construí-la “de qualquer jeito”. Para tanto, tem feito uso de uma série de mentiras que denunciamos publicamente. O governo mente aos brasileiros ao dizer que a energia produzida por Belo Monte será limpa e eficiente. O governo mente aos brasileiros ao dizer que a energia produzida por Belo Monte será barata e utilizada pela população carente do país. O governo mente aos brasileiros ao dizer que os povos indígenas foram consultados no decorrer do processo de licenciamento ambiental.

Denunciamos e repudiamos a transformação de Belo Monte num instrumento poderoso de transferência de capital da população brasileira a meia dúzia de grandes empresas. Entre isenção de impostos e juros subsidiados, o governo está simplesmente repassando cerca de R\$ 6 bilhões ao consórcio vencedor do leilão, que pretende construir a usina. É de se estranhar que tamanho volume

de recursos seja concedido, dessa maneira, em pleno ano eleitoral. Entendemos que esses recursos seriam muito melhor utilizados, caso fossem usados para incentivar a pesquisa e a adoção de tecnologias alternativas de geração de energia, tais como a eólica e a solar.

Reafirmamos nossa contrariedade ao modelo energético adotado pelo atual governo. Um modelo criminoso, baseado em grandes obras, que atinge milhares de pessoas país a fora e que beneficia apenas um pequeno grupo de grandes empresas.

Causou-nos perplexidade, tamanha rapidez e agilidade por parte da presidência do Tribunal Regional Federal, 1ª Região, em analisar e cassar todas as liminares concedidas pela Justiça Federal de Altamira que suspendiam a realização do leilão neste dia 20 de abril de 2010.

Solidarizamo-nos com todas as comunidades atingidas por esta obra, de modo especial os povos indígenas. Reafirmamos a importância de continuarmos mobilizados e de cabeça erguida, unidos, articulados e firmes na luta contra Belo Monte. Uma luta que, confiamos, será vitoriosa, pois é, sem nenhuma dúvida, uma luta justa.

Brasília, DF, 20 de abril de 2010.
Cimi - Conselho Indigenista Missionário

PARA ALÉM DO DIA 19

Nas regiões, povos indígenas participam de encontros, mostras culturais, audiências e, principalmente, exigem mudanças na conjuntura. Num mês marcado pelo grande desrespeito aos povos indígenas da região da Volta Grande do Xingu, com o leilão de Belo Monte, vários povos se mobilizam em suas regiões em encontros e audiências para discutir os problemas atuais das comunidades.

Resistência e persistência em Rondônia

Cimi Regional Rondônia

Entre os dias 19 e 22 de abril, foi realizado o encontro “Resistência e persistência do movimento e organização indígena - a luta continua!”, no Centro Arquidiocesano de Pastoral de Porto Velho. Na pauta, temas que já estão “batidos”, mas que são de extrema importância pois representam situações ainda não resolvidas: discussões sobre o Estatuto dos Povos Indígenas; CNPI, organizações e movimento indígena. Mais de cem pessoas participaram do evento.

Durante a reunião, foram apresentadas conquistas e desafios para os povos indígenas. Entre as conquistas, destacaram que, por pressão dos índios na luta pelo seu território tradicional de onde foram expulsos, conseguiram: criação do Grupo de Trabalho (GT) para o estudo da identificação do território tradicional (povos Puruborá e Migueleno); conclusão do relatório do Grupo de Trabalho de identificação do território tradicional na T. I. Rio Negro Ocaia, (povo Oro Wari); identificação do território tradicional pelo Grupo de Trabalho da FUNAI na T.I. Karitiana (povo Karitiana), em fase de conclusão; retomada de seus territórios tradicionais (Povos Karitiana, Puruborá, Migueleno, Cassupá, Cujubim e Wajuru); realização do Projeto Açai II, formação para o Magistério Indígena; início da formação acadêmica aos Professores indígenas; jovens indígenas assumindo a formação para serem pajés; curso de formação política para missionários e indígenas; construção de material didático em língua materna;

Como desafios apresentaram: o PAC; a criminalização de lideranças indígenas; complexo do Madeira, com o empreendimento que divide as lideranças e povos, desmotivando todo o senso comunitário, participativo e de reciprocidade, desvalorizando toda a prática cultural; a ida dos jovens indígenas para a cidade a fim de estudar e buscar emprego; a falta de motivações e propostas de meios que garantam a comercialização dos produtos produzidos pela terra; políticas agrárias contrárias à fixação dos povos e dos pobres na terra como projeto de vida e garantia da identidade como povos culturalmente distintos.



Foto: Cimi Regional Rondônia



Mobilização Indígena na Grande São Paulo

Beatriz Maestri e Vanessa Ramos
Cimi Sul- Equipe São Paulo

Para dar maior visibilidade aos indígenas que vivem na cidade, promover sua cultura e sensibilizar a sociedade e órgãos públicos sobre a realidade em que vivem, o Cimi em São Paulo, em parceria com a Pastoral Indigenista, vem promovendo, há vários anos, a Semana dos Povos Indígenas na Grande São Paulo, no mês de abril, em consonância com as demais regiões do país.

Garantindo direitos

Em Osasco, município da Grande São Paulo, vivem diferentes povos. São 38 famílias Pankararé, em média 200

indígenas, que têm se organizado e buscado apoio junto ao poder público local para viabilizar a garantia de seus direitos. Neste município, a Semana já está em sua quarta edição e conta com o importante apoio de um Grupo Intersecretarial para a sua preparação.

De 15 a 29 de abril, foram realizadas palestras envolvendo professores e alunos da Rede Municipal de Ensino, seminários com a população em geral, no Centro Público de Economia Solidária e no Centro Universitário Fieo (UNIFIEO); mostras de vídeos indígenas, exposição e comercialização de produtos indígenas no Osasco Plaza Shopping e apresentações culturais. No dia 18 de abril, ocorreu o 4º Encontro dos Povos Indígenas, integrando comunidades que vivem na Grande São Paulo. No encontro, lideranças Pankararé entregaram uma Carta de reivindicações às autoridades presentes, considerando demandas específicas naquele município como a solicitação de um Espaço

de Referência para fazerem suas assembleias e encontros, além da efetivação de um Projeto de Lei que oficializará a Semana dos Povos Indígenas, no calendário do município.

As danças indígenas, o toré, os toantes, os alimentos tradicionais e as diferentes manifestações de apoio às lutas indígenas, marcaram o encontro conferindo ânimo renovado aos indígenas. Um fato relevante da Semana foi a presença de indígenas da aldeia Pankararé de Brejo do Burgo, na Bahia. “Para mantermos a nossa cultura temos que nos ajudar uns aos outros”, afirmou Maria Vicentina S. Silva que viajou pela primeira vez para ajudar seus parentes na preparação do Encontro.

Um dos momentos marcantes foi uma homenagem dos Pankararé à líder Alaíde Xavier Feitosa. “A você nossa imensa gratidão por tantas caminhadas, tanta doação em favor de nosso povo, tantas reuniões e encontros realizados em favor das famílias Pankararé e de outros indígenas, sempre atenta, nos motivando na busca de nossos direitos!”, saudou emocionada Erijânia Pankararé.

E, com destaque, ao participar do XVI Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado nos dias 22 a 25 de abril, no Teatro Municipal de Osasco, Alaíde, que é presidente da Associação Pankararé, entregou ao prefeito Emídio de Souza, a Carta de reivindicações dos indígenas do município.

Agora, a comunidade espera que sejam atendidos os seus pedidos quanto ao Espaço de Referência e aprovação do Projeto de Lei, além da participação efetiva dos representantes do Grupo Intersecretarial que levarão o debate da causa indígena para dentro de seus espaços de trabalho e atuação.

Em várias regiões foram realizados encontros para lembrar as lutas e as conquistas dos povos indígenas



Foto: Cimi Equipe SP



Guarulhos

Em Guarulhos também foram realizadas várias atividades, organizadas pela Secretaria de Educação e apoiadas pelo Grupo de Trabalho (GT) Indígena integrado por representantes dos povos que vivem no município, por várias secretarias e pelo Cimi SP.

Foram realizados seminários sobre a questão indígena, palestras em escolas, oficinas de contos indígenas, apresentações culturais, venda de artesanato indígena e mostra de documentários indígenas.

No dia 19 de abril, indígenas dos povos Pankararu, Pankararé, Tupi Guarani, Pataxó e Wassu Cocal, integrantes da Associação Arte Nativa, entregaram ao prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida, uma maquete da “Terra Sagrada”, espaço específico reivindicado pelas lideranças indígenas para suas manifestações, encontros e atividades culturais.

“Uma cidade que tem por nome Guarulhos, não pode perder suas origens. Vamos nos empenhar para podermos contar outra história”, pontuou Almeida. O prefeito também assumiu o compromisso de estudar com as várias áreas do município a reivindicação feita pelos indígenas.

Defensoria Pública

Em consonância com essas ações foi organizado um curso sobre “A Questão Indígena, através do Núcleo de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito”, da Defensoria Pública do Estado, indígenas da Grande São Paulo, Programa Pindorama da PUC-SP, Cimi SP e outros apoiadores.

O curso contou com palestrantes indígenas, antropólogos e historiadores. Com importante apoio da Defensora Pública, Tatiana Belons Vieira, o primeiro dia de curso, em 23 de abril, iniciou com muitos avanços nas discussões.

Edson Kayapó, doutorando em Educação pela PUC-SP, participou da mesa de abertura com a temática “Desafios para o estudo da questão indígena na escola”.

Fotos: Cimi/Equipe SP



“Prefiro tratar da história de resistência dos nossos povos, melhor do que falar na história de derrota”, declarou.

Todos esses espaços de debate e divulgação da causa indígena são também cenários importantes para a reflexão da história de resistência e luta desses povos, bem como, a denúncia dos grandes projetos que afetam seu modo de viver, causando destruição e morte.

Sementes de Esperança

Nestes embates todos, vale a semente. O Cimi SP acredita que a pequena semente espalhada em território urbano vai germinando frutos preciosos de recuperação identitária e cultural, reconhecimento dos direitos e valorização do diferente cultural. É preciso seguir na luta para que as sementes espalhadas pelos caminhos possam misteriosamente fazer seu trabalho silencioso de gratuidade e surpresa. O Encarte do Cimi sobre a Semana dos Povos Indígenas convoca a assumir a defesa do meio ambiente resistindo e reagindo contra o sistema opressor, juntando forças, anseios e esperanças para se pensar num outro modelo de sociedade. É um sonho que se torna realidade a cada nova conquista desses povos!

Documentários e debates em Curitiba

Ir. Jorge Tarachuque
Missionário Redentorista

O Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro promoveu a Semana dos Povos Indígenas no Centro Comunitário Santo Afonso entre os dias 11 a 16 de abril em Curitiba, a fim de despertar um interesse maior pela realidade e luta dos povos indígenas sobreviventes ao projeto colonizador.

Os Parceiros da Missão de Curitiba organizaram um ciclo de palestras, documentários e debates.

Para a palestra de abertura, o prof. Benedito Prezia – Linguísta pela USP e Antropólogo pela PUC-SP – tratou sobre o povo Kaingang, São João Maria e a Guerra do Contestado. No dia 18 a TV Educativa mostrou, através do Programa Nacionalidade Brasileira, a entrevista realizada com Benedito, tratando sobre povos indígenas.

Durante a Semana foram realizados debates a partir de alguns documentários como “Terra dos Índios”, “Sementes de Sonhos”, “Povo Guarani: Grande Povo” e um curta sobre os Xetá (Hetá), este último povo localizado no

Estado do Paraná e com uma população em torno de 100 sobreviventes. Até hoje a terra tradicional dos Xetá não foi demarcada conforme determina a Constituição Federal.

Houve uma variada exposição de artesanato, vinda da aldeia urbana Kakané Porá, na periferia de Curitiba, reunindo os povos Kaingang, Guarani e Xetá.

Estudantes universitários Guarani e Kaingang que residem em Curitiba partilharam seus desafios, sonhos e esperanças, juntamente com o Pe. Justino, do povo Tukano (e Tuiuka), que partilhou aspectos fundamentais da cultura de seu povo, reafirmando a necessidade de se buscar garantir os direitos dos povos indígenas e o respeito à diversidade de povos e culturas.

A Semana foi encerrada com a apresentação sobre direitos indígenas na Constituição Federal. O trabalho é desenvolvido pelo Cimi no apoio às lutas dos povos indígenas e os desafios da sociedade para que, reconhecendo a pluralidade de povos existente, possa se pautar por ações efetivas de respeito e apoio nas pressões junto ao governo brasileiro.

Indígenas cobram direitos na Assembléia Legislativa de Alagoas

Jorge Vieira
Jornalista

No dia 19 de abril, representantes dos povos Kariri-Xokó, Xucuru-Kariri, Tingui-Botó, Aconã, Karapotó, Geripancó, Wassu-Cocal, Katökinn, Karuazu, Kalankó e Koiupanká participaram de Sessão Pública na Assembléia Legislativa de Alagoas. Na oportunidade, solicitaram apoio dos deputados para que intercedam, junto aos órgãos federais, para a criação

imediate de Grupos de Trabalho (GT) de identificação e demarcação dos territórios tradicionais, como também a indenização com os impactos provocados pela duplicação da BR-101 e da Transnordestina.

Em Alagoas, ao longo de muitas décadas, as lideranças indígenas lutam pelo reconhecimento étnico e garantia dos direitos históricos de seus povos, principalmente pela demarcação definitiva dos territórios tradicionais. Entretanto, o processo administrativo de identificação encontra-se paralisado,

apesar de constantes mobilizações e cobranças junto aos órgãos governamentais.

Os povos indígenas de Alagoas vêm à sociedade expressar a sua diversidade cultural e reivindicar das autoridades governamentais a garantia e posse dos territórios tradicionais, a construção de uma política de educação escolar específica e diferenciada e a imediata estruturação da Secretaria Nacional de Saúde Indígena.

No que se refere à execução das obras da duplicação da BR-101 e da

Transnordestina, que se sobrepõem sobre as áreas indígenas Kariri-Xokó, Karapotó, Wassu-Cocal e Xucuru-Kariri, com impactos irreparáveis ao meio ambiente, diminuição dos espaços territoriais já reduzidos e às suas respectivas populações, físico e culturalmente, cabe aos órgãos governamentais, antes da execução das referidas obras, garantir a implantação das ações reparadoras e a da demarcação dos territórios indígenas afetados. ■

Cresce o número de Conflitos e de Violência no campo

Cristiane Passos
Assessora de Comunicação – CPT

Esta 25ª edição de *Conflitos no Campo Brasil* não tem nada de comemorativo, pois apresenta crescimento tanto do número de conflitos envolvendo camponeses e trabalhadores do campo, quanto da violência em relação ao ano anterior de 2008.

O número total de conflitos soma 1.184, contra 1.170, em 2008, com aumento considerável em relação especificamente aos conflitos por terra, 854 em 2009, 751 em 2008.

Quanto à violência, o número de assassinatos recuou de 28, em 2008, para 25, em 2009. Outros indicadores, porém, cresceram, alguns exponencialmente. As tentativas de assassinato passaram de 44, em 2008, para 62, em 2009; as ameaças de morte, de 90, foram para 143; o número de presos aumentou de 168, para 204. Mas o que mais choca é o número de pessoas torturadas: 6, em 2008, 71, em 2009. O número de famílias expulsas cresceu de 1.841, para 1.884, e significativo foi o aumento do número de famílias despejadas de 9.077, para 12.388, 36,5%. Também elevou-se o número de casas e de roças destruídas, 163%, 233% respectivamente. Em 2009, registrou-se 9.031 famílias ameaçadas pela ação de pistoleiros, contra 6.963, em 2008, mais 29,7%.

Cresceu o número de ocupações

A violência, porém, não fez os movimentos do campo recuarem. Aumentou o número de ocupações de terra, 290 em 2009, 252 em 2008. Em relação ao número de acampamentos, estes diminuíram de 40, em 2008, para 36, em 2009, mas cresceu o número de pessoas nos acampamentos: passou de 2.755 em 2008, (média de 68 famílias) para 4.176, em 2009, (média de 116 famílias por acampamento).

Criminalização crescente dos movimentos sociais

O incremento de conflitos e de violência inseriu-se num contexto nacional preocupante de crescente criminalização dos movimentos sociais tanto no âmbito do Poder Judiciário, quanto do Poder Legislativo, amplificada inúmeras

vezes pelos grandes meios de comunicação social.

No âmbito do Poder Judiciário destacou-se a figura do então presidente do Supremo Tribunal Federal, STF, Gilmar Mendes, que no início de 2009 saiu a público acusando os movimentos de praticarem ações ilegais e criticando o Poder Executivo de cometer ato ilícito por repassar recursos públicos para quem, segundo ele, pratica tais atos. Esta intervenção, certamente, serviu de suporte para o alto número de despejos, para o crescimento das prisões e de outras formas de violência, e forneceu munição para a bancada ruralista do Congresso Nacional criar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI, conhecida como CPMI do MST.

O mesmo presidente do Supremo, em fevereiro de 2010, durante cerimônia de lançamento do Programa Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), assinou convênio com esta entidade para prestar serviços de consultoria ao CNJ, em relação a processos nas áreas fundiária e ambiental.

No âmbito do Poder Legislativo, além da CPMI que tenta incriminar os movimentos sociais do Campo, em 2009, foram apresentados mais de vinte (20) projetos de lei e propostas de fiscalização que, direta ou indiretamente, criminalizam os movimentos agrários ou visam impedir avanços na política agrária. O primeiro deles é a PEC 361, de 2009, que quer estender as competências constitucionais relacionadas à política fundiária



Foto: Arquivo CPT Nordeste II

para Estados, Distrito Federal e Municípios. Outros projetos propõem transferir competências do Executivo Federal para o Congresso Nacional como, por exemplo, a competência das desapropriações por interesse social, ou a de aprovar os índices de produtividade da terra.

Já no âmbito do Executivo, em 2009, fica clara a prioridade dada ao capital para continuar se expandindo e avançando por novas áreas, em detrimento dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais. A grilagem de terras públicas da Amazônia foi sacramentada pelo MP 458, transformada rapidamente em Lei pelo Congresso Nacional. A construção de barragens, sobretudo as da Amazônia, vão sendo empurradas goela abaixo da população, apesar de todos os estudos e manifestações em contrário, de modo particular a de Belo Monte, no rio Xingu.

Amazônia concentra maior número de conflitos

Como sempre, os conflitos no campo têm apresentado sua maior concentração na região Norte. Quando se tomam os dados da Amazônia Legal, ou seja, região Norte mais Mato Grosso e Maranhão, 622 dos 1.184 conflitos ocorreram nesta região.

Quando se analisam os dados relativos à violência, como por exemplo, os assassinatos no campo, a região Norte

salta para o primeiro lugar com 52% do total, sendo que 22% deles ocorreram no estado do Pará. Já na Amazônia Legal ocorreram 68% destes assassinatos, 67% dos que sofreram tentativas de assassinato e 83% dos que foram ameaçados de morte.

Quanto ao envolvimento do número de famílias nestes conflitos de terra, 51% delas, 42.373 de 83.058, estão na Amazônia Legal, enquanto que somente no estado do Pará 17.851, 22% delas. Também nessa região estão: 96% das terras em disputa (14,5 milhões de hectares); 37% das famílias expulsas de suas terras; 41% daquelas que foram objeto de ação de despejo; 65% das que estão ameaçadas de despejo; 69% daquelas que enfrentaram tentativas de expulsão; 53% das famílias que tiveram suas casas destruídas; 85% daquelas cujas roças foram, também, destruídas; 68% cujos bens foram destroçados; e, 45% das famílias que sofreram ações da pistolagem.

Com relação à distribuição territorial destas famílias envolvidas em conflitos é possível detectar-se sua concentração no Pará, Mato Grosso e Roraima. Na Amazônia também se concentraram 164, das 240 ocorrências de trabalho escravo, 3.217 dos 6.231 trabalhadores submetidos a situações análogas à escravidão, e 1.262 dos 4.283 trabalhadores libertados. A região sudeste teve um número maior de libertados, 1.593.

A MP 458

O ano de 2009 entrará para a história da origem da propriedade privada capitalista da terra no Brasil, como entrou a Lei de Terras de 1850. Neste ano o governo editou a MP 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009) que englobou os princípios da MP 422 e ampliou as possibilidades de regularização da grilagem da terra pública rural e urbana na Amazônia Legal.

Para o governo e para a “alegria” dos grileiros, acreditava-se que se regularizando a propriedade privada da terra, o agrobandidismo não desmataria mais a Amazônia. Mas, além do crime contra o patrimônio público que se está cometendo, o desmata-

mento certamente irá aumentar. A prova já está nos dados divulgados pelo IMAZON que mostram que ele está aumentando, pois, em janeiro de 2010 foram registrados 63 quilômetros quadrados de desmatamento, o que representou um aumento de 26% em relação a janeiro de 2009 quando o desmatamento atingiu 50 quilômetros quadrados. O desmatamento acumulado no período de agosto de 2009 a janeiro de 2010, correspondendo aos seis primeiros meses do calendário atual de desmatamento, totalizou 836 quilômetros quadrados. Houve um aumento de 22% em relação ao mesmo período anterior (agosto 2008 a janeiro 2009)

quando o desmatamento somou 687 quilômetros quadrados.

Um equívoco político e jurídico é a afirmação de que somente com a MP 458 é que se poderia implantar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal. Esta afirmação não corresponde à verdade, pois o país já possuía instrumentos legais que permitiam a legitimação das posses segundo os princípios vigentes.

Na realidade, o que a MP 458 propôs foi alterar os limites legais sobre a dimensão da área ocupada a ser legitimada e garantir o direito de preferência para alienação para os atuais grileiros ocupantes das terras públicas. ■

Família em desespero com mais um despejo.

Uma descabida portaria do ministro da Justiça

O uso da Força Nacional de Segurança Pública para intimidar os povos indígenas

Em razão da publicação da portaria nº 564/2010, pelo ministro da justiça Luiz Paulo Barreto, que dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública no Distrito Federal e apoio à Funai, o Cimi publicou a seguinte nota:

A Fundação Nacional do Índio foi criada em 1967 não propriamente para defender os direitos dos povos indígenas, mas para realizar a sua integração “harmoniosa e gradativa à comunhão nacional”. O governo militar da época comandava com mãos pesadas e opressivas o país e exercia um rigoroso controle sobre movimentos políticos e de oposição. Os povos indígenas estavam entre os mais visados, pois suas terras encontravam-se no caminho do que vinha sendo denominado “progresso”.

Na concepção desenvolvimentista do período, os índios eram vistos como entraves ou obstáculos ao crescimento econômico e ao modelo de integração nacional que se propunha. Portanto, para eles restava apenas alternativas como a remoção, a integração ou o extermínio. Passados mais de 20 anos, desde aqueles tempos sombrios, mudanças importantes podem ser observadas, de modo especial nas maneiras como os povos indígenas se relacionam com a sociedade brasileira, bem como nas variadas iniciativas de luta pelos direitos e por adequadas políticas públicas.

Na atualidade se revigora aquele conceito de desenvolvimento e as estratégias oficiais para assegurá-lo se assemelham às que marcaram o período da ditadura militar. Tanto é assim que o próprio presidente Lula comparou os direitos de indígenas e de quilombolas a “penduricalhos”, a “entraves” que atrapalham o crescimento do país e que, como naqueles anos de autoritarismo, também precisam ser removidos.

Hoje, observam-se marcas de um pensamento autoritário no modo como o governo brasileiro tem conduzido algumas negociações em torno de grandes obras projetadas no contexto de seu Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Os exemplos são numerosos, em especial relacionados à construção de grandes hidrelétricas, tal como as do rio Madeira e de Belo Monte, no rio Xingu, ou à expansão de áreas de monocultivo para produção de combustíveis. No caso de Belo Monte, o governo mantém de modo autoritário uma agenda de procedimentos conduzidos apressadamente, sem considerar que uma obra de tamanho impacto exige rigor, seriedade e amplo diálogo. A urgência do governo em acelerar a construção de Belo Monte nos faz indagar quais são os interesses envolvidos.

Em diferentes circunstâncias os povos indígenas são desrespeitados pelos agentes dos poderes públicos. Eles são vistos como um problema, pois os seus direitos constitucionais se contrapõem ao modelo de economia e desenvolvimento que se pretende para o Brasil, exclusivamente voltado para a exploração dos bens da natureza.

Quando os indígenas passam a dizer “alto lá, nós existimos, as leis nos garantem direitos e, portanto, mesmo que não queiram temos que ser ouvidos quanto a programas e projetos que nos afetam ou nos dizem respeito, o Estado, através de seus administradores, reage agressivamente com o intuito de abafar este grito”. São inúmeros os exemplos desta postura estatal. Basta uma análise das reações dos povos indígenas contra os desmandos existentes nas políticas de assistência, de modo especial em saúde, educação e quanto à necessidade de poderem discutir a proposta de reestruturação do órgão indigenista. Em relação a isso, inclusive, a postura do



Governo Federal tem estimulado uma espécie de cisão dentro do movimento indígena.

É neste contexto que o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, editou a Portaria 564/2010 que dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública no Distrito Federal em apoio à Funai. De acordo com esta norma, fica autorizado o “emprego da Força Nacional de Segurança Pública (...) a fim de garantir o pleno desenvolvimento dos trabalhos no âmbito da sede da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, bem como a incolumidade física das pessoas envolvidas na questão e do patrimônio”. No seu artigo 4º, determina, ainda, que a polícia usará armas letais “à legítima defesa dos policiais e de terceiros”.

Vale ressaltar que esta nova polícia foi criada pelo governo Lula através do Decreto Lei nº. 5.289/2004. Sua constitucionalidade vem sendo questionada pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará que, através de uma Ação Civil Pública, afirma que, em desacordo com os preceitos constitucionais, a Força Nacional de Segurança põe em risco o estado democrático de direito. O principal argumento do MPF é o de que o presidente da República não pode simplesmente instituir um órgão policial sem a participação do Congresso Nacional, o que se daria por meio de proposta de emenda constitucional. Para o procurador Fernando Aguiar, “em vez de repassar recursos para os Estados, a fim de fortalecer as polícias militares, o Governo Federal insiste em empregar a Força Nacional como polícia ostensiva federal, o que caracteriza uma inversão de papéis, já que a Constituição determina que a atividade de polícia ostensiva seja exercida pelas polícias militares”.

A edição da Portaria 564/2010 indica que os povos indígenas são considerados, pelo governo Lula, um perigo à ordem pública da capital federal, uma ameaça aos funcionários da Funai e ao patrimônio da União. Nunca antes, na história do indigenismo oficial, se tomou uma medida tão severa. Vale lembrar que os generais que comandaram a nação, durante décadas, não se preocuparam em proteger a sede do órgão indigenista com uma força policial que se assemelha a um esquadrão de guerra. A “Força Nacional de Segurança” é treinada para combater o narcotráfico, o contrabando e para agir em locais de extrema violência e perigo. Seria esse o caso dos povos indígenas?

Na vigência desta nova norma, as lideranças ou representantes de povos indígenas que se dirigirem à Funai, com a expectativa de lá dialogar e reivindicar que o governo cumpra suas responsabilidades constitucionais, estão sendo recepcionados por uma polícia treinada exclusivamente para a repressão.

Na avaliação do Conselho Indigenista Missionário, a Portaria 564/2010 se caracteriza como uma medida autoritária, descabida e fora de propósito. As lideranças indígenas não colocam em risco a segurança de servidores ou do patrimônio público quando reivindicam a execução de políticas públicas adequadas, bem como a demarcação de suas terras. Ao contrário, é o governo, pelas suas escolhas políticas e omissão, e a Funai, por sua inoperância, que contribuem com o aumento das violências praticadas contra comunidades e povos indígenas em todo o território nacional e que, portanto, coloca em risco a vida desta população. ■

Carro da força Nacional constantemente parado em frente à sede da Funai em Brasília. Uso de “força letal” está permitido em caso de ocupação indígena

Assine o PORANTIM

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:
adm.porantim@cimi.org.br

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Cultura da vida

Discurso de Rina Aguirre, Senadora da Bolívia e Presidenta da Comissão dos Povos Indígenas, durante encontro em Cochabamba, Bolívia

Ao falar de idéia, nós pensamos: “O que é a idéia?” É uma imagem que fazemos da realidade. Se as idéias são boas, as ações são boas. Quando as idéias são más, as ações são más. E quando as ações são boas, então, nós fazemos uma coisa que os entendidos chamam de teoria; ou seja, pensamos e temos muitos pensamentos; alicerçamo-nos para fazer coisas, e nossa prática é boa. Quando a teoria é má a nossa prática é má. E aplicado isso à nossa vida, temos pensado: “Os nossos avós tinham muitas idéias boas para tratar a terra. A tratavam como a uma mãe; e lhe reconheciam a capacidade de alimentar-nos, de nos manter vivos; a generosidade para produzir tantas vidas; e essas idéias da terra como mãe levaram a boas teorias e disseram nossos avós: “Tratemos a terra com amor, tratemos a terra com carinho, tratemos a terra como mãe, com respeito, e lhe devolvamos o alimento que ela nos dá para que ela também se fortaleça.”

Nunca nossos antepassados jogaram nada que sujasse a água; porque sabiam que as águas eram as veias abertas de nossa mãe, por onde corria a vida e que quando ela se derramava pelos campos,

a fecundava para a vida; e os alimentos continuavam sendo saudáveis.

Nós não conhecíamos o câncer, não nos caíam os cabelos nem os dentes, nossas crianças cresciam inteligentes, ágeis; os meninos não levavam em suas lancheiras alimentos poluídos e por isso podiam correr tanto. Tínhamos uma cultura da vida; uma cultura do respeito; uma cultura do equilíbrio no trato com os outros seres vivos da natureza; porque tudo em nosso entorno é vida. E essa era uma teoria boa que nos levava a uma prática boa.

“Essa é uma proposta, irmãos, de criar uma cultura da vida, uma cultura de respeito. E dizer-lhe: nunca mais à cultura da morte!”

E chegou de países distantes, de corações interesseiros que não eram como os nossos, que não tratavam as coisas com amor, com respeito; chegaram avarentos, com fome, com necessidade de acumular, de explorar, como disse um momento atrás nosso companheiro; de extrair, de acumular, de converter tudo



em mercadoria para levar a vender. E daí nos levaram a pensar que eram melhores as coisas artificiais; que era melhor colocar químicos na terra e começamos a agredir a nossa mãe.

O desafio deste evento, irmãos, é que cada um acorde em seu coração a força para recuperar a sabedoria dos nossos avós. Para saber que a cobiça e a ambição não são boas; que está acabando com nossa vida, como nos disse o companheiro quando nos falava das llamas, quando nos falava das batatas;

estava nos falando de nossa vida. Temos que nos convencer de ter boas idéias e ter uma boa prática; para termos boas teorias e termos boas práticas que nos levem a defender a vida.

Não vai adiantar em nada que chineses ou não sei quantos queiram nos devolver em dinheiro o que nos roubaram em sangue. O que devemos fazer é unir a nossa força, nossa voz, nossa vontade, para que com essas idéias não lhes permitamos, nunca mais extrair sem motivo, nada da terra. Nunca mais! Esgotar a vida que há em nosso entorno com pesticidas. Nunca mais ficaremos calados diante do que significa extrair só para produzir dinheiro e aumentar capitais para uns poucos.

Por isso, aqui dizemos em coletivo: “Nossa vida na América Latina, no mundo, para defender a vida, deve criar uma cultura de vida”. O que é uma cultura? Já dissemos: é a forma de fazer. Já aprendemos: tendo uma cultura de vida, um dia a trocamos insensivelmente pela cultura da morte; querendo acumular, tendo mais dinheiro. Temos que voltar à velha cultura da vida. Não acumular, mas fazer uso correto dos bens que nos dá a mãe terra. Viver nela com equilíbrio e com respeito e assim, seguramente, conseguiremos que os nossos montes não se descongelem mais; seguramente conseguiremos que cresçam todos nossos animais. Essa é uma proposta, irmãos, de criar uma cultura da vida, de respeito. E dizer: Nunca mais à cultura da morte! Obrigada. ■



Senadora Rina Aguirre: Discurso mostra a sabedoria dos povos indígenas em Cochabamba

As propostas indígenas em Cochabamba

Pe. Ruiz Alvarez Pedro Saul
Cimi Regional Norte II

Durante a Conferência Mundial dos Povos Sobre as Mudanças Climáticas e Direitos da Mãe Terra, os Povos Indígenas de diferentes partes do mundo se reuniram para apresentar ao mundo o seu aporte, a partir dos seus princípios de luta contra as mudanças climáticas e o respeito aos seus direitos e os direitos da Mãe Terra.

A crise climática afeta o mundo todo e de maneira particular aos povos indígenas. Estas mudanças vêm provocando migrações dos seus territórios tradicionais afetando suas formas tradicionais de viver e gerando perda dos seus conhecimentos e costumes tradicionais.

A cosmovisão e as formas de vida dos povos indígenas são respostas às mudanças climáticas. Por essa razão, propõem a recuperação e a revalorização das raízes indígenas originárias como uma verdadeira alternativa aos modelos civilizatórios e predatórios de

desenvolvimento atuais. A meta será conseguir a união dos povos do mundo recuperando as raízes ancestrais, indígenas, originárias de toda a população mundial. O diálogo entre os povos indígenas de diferentes partes do mundo, suscitado nesta Conferência, desenhou os primeiros traços de uma proposta que possa responder ao problema mundial das mudanças climáticas.

Os povos indígenas avisam para o Mundo “que são filhos e filhas da Mãe Terra. Porém, os modelos econômicos impulsionados e forçados pelos países industrializados promovem a exploração e acumulação de riqueza às custas da destruição de nossa Mãe Terra”. Diante dessa realidade propõem uma inquebrantável mobilização dos povos do mundo para chegar à COP 16 no México, articulados e preparados para defender a proposta de viver bem: “Não queremos viver melhor, mas acreditamos que todos devemos viver bem”.

Os povos indígenas propõem e demandam a necessidade de recuperar, revalorizar e fortalecer as próprias identidades, culturas, cosmovisões baseadas

no conhecimento e sabedoria ancestral milenar como alternativa ao modelo de desenvolvimento atual.

É necessário garantir os direitos dos povos indígenas e que os Estados do mundo reconheçam juridicamente e respeitem os direitos territoriais destes povos, mesmo dos que estão em isolamento voluntário ou em contato inicial. Os povos indígenas exigem também a restituição e restauração dos territórios que foram saqueados para possibilitar e fortalecer as formas tradicionais de governança sobre os recursos naturais segundo os próprios princípios de usos e costumes.

É necessário incluir a participação plena e efetiva dos povos indígenas nas instâncias internacionais que tratam sobre as mudanças climáticas para obter resultados justos e equitativos nas negociações sobre as ditas mudanças.

Os povos indígenas propõem também a conformação do Tribunal de Justiça Climática que permita julgar e estabelecer sanções ao não cumprimento de compromissos e outros crimes ecológicos de todos os países do mundo.



Deve-se promover mecanismos de financiamento que cheguem de maneira direta e efetiva aos povos indígenas, apoiando principalmente o fortalecimento de suas próprias visões e cosmovisões para o bem viver.

Na transferência de tecnologia deve-se recuperar, valorizar e fortalecer as tecnologias e conhecimentos próprios dos povos e incorporá-los na investigação e desenho de políticas sobre as mudanças climáticas.

Propuseram também criar um Conselho Mundial dos Povos Indígenas Originários contra as mudanças climáticas. ■

Povos indígenas participantes da Conferência Mundial dos Povos

OS GUERREIROS PAYAGUÁ

Pouco se tem escrito sobre os Payaguá, povo que durante séculos controlou a região do alto rio Paraguai, hoje território do Mato Grosso do Sul. Aparentado aos Toba, Mokovi e Abipon, povos do Chaco paraguaio, esta nação indígena tinha também ligações culturais com os Guaikuru, hoje Kadiwéu, que por sua vez dominaram parte do Pantanal mato-grossense.

Excelentes remeiros, os Payaguá superavam por sua habilidade náutica outros povos da região, e enfrentaram com enorme altivez os portugueses. Dizia-se deles que “navegavam em uma hora o que os brancos faziam num dia”. Conta-se que em momentos de ataque, pendiam a canoa para um lado, protegendo-se dos agressores, sem deixar de remar.

Com a descoberta das minas de ouro em Cuiabá, em 1718, a presença de portugueses e paulistas tornou-se freqüente na região, já que se criara uma ligação fluvial entre o Tietê e os rios Coxim, Taquari, Paraguai e Cuiabá. Carregados de ouro, roupas e objetos metálicos, estes aventureiros eram constantemente atacados pelos Payaguá, que negociavam as mercadorias com paraguaios e indígenas de outras etnias.

Talvez o mais violento desses confrontos deu-se contra o comboio do Ouvidor Antonio Lanhas Peixoto, que partiu de Cuiabá em direção a São Paulo, em maio de 1730, transportando 11 arrobas de ouro (cerca de 161 kg). Com uma expedição de 23 canoas – 19 de carga e quatro de tripulantes e cerca de 130 pessoas, incluindo algumas escravas – desceram o rio Paraguai para alcançar o rio Taquari. Com alguns dias de viagem, identificaram sinais desses guerreiros fluviais.

No dia 6 de junho, por volta das 11 horas, o comboio foi atacado por uma flotilha de 50 canoas payaguás, cada uma com “dez a doze bugres de agigantada estatura, todos pintados e emplumados”, segundo o relato de Cabral Camelo, um dos membros desta expedição. Ao defrontar os portugueses, cobriram-nos “de uma tão espessa nuvem de flechas que escureceu o sol”.

O pânico tomou conta dos remadores negros, que atirando-se n’água, buscavam a margem do rio.

O ataque foi muito violento, já que estes indígenas usavam não apenas flechas, mas também lanças e bordunas. Ao cair da noite, com a retirada dos indígenas, um grupo de portugueses conseguiu refugiar-se numa pequena ilha, que mal podia abrigá-los.

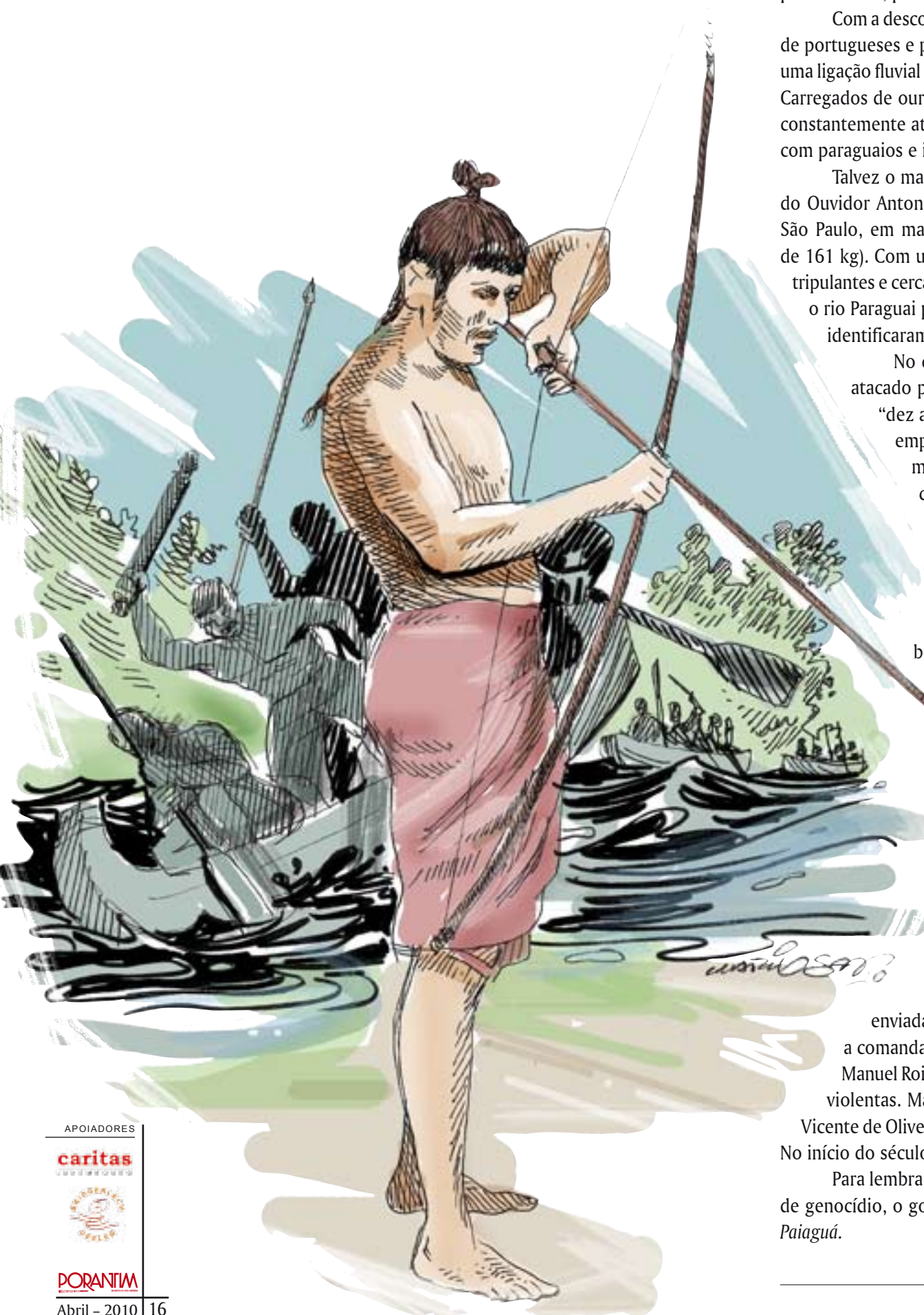
No dia seguinte, ainda escutavam esses indígenas, que estavam acampados não longe dali. Percebendo que haviam se retirado, os paulistas enterraram os mortos e resgataram uma escrava negra, que se fingira de morta. Desolados, retornaram a Cuiabá, com um saldo de cem mortos, entre brancos, escravos negros e indígenas.

Alguns anos depois, o conde de Sarzedas, governador de São Paulo, exigiu um novo caminho terrestre que passava por Goiás e Triângulo Mineiro.

A repressão contra os Payaguá foi dura, tendo sido enviada várias tropas com o objetivo de exterminá-los, como foi a comandada pelos paulistas Pascoal Moreira Cabral Leme (1733), Manuel Roiz (ou Rodrigues) de Carvalho (1743), que foi uma das mais violentas. Mais tarde os sertanistas Serafino Correia Leme (1753) e Vicente de Oliveira Leme (1770) foram encarregados de novas investidas. No início do século 19 poucas referências há sobre estes indígenas.

Para lembrar a bravura deste povo e talvez para redimir-se do crime de genocídio, o governo de Mato Grosso denominou sua sede de *Palácio Paiaguá*.

Benedito Prezia
Antropólogo



APOIADORES

caritas



PORANTIM

Abril - 2010 | 16